



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração/Recurso de Agravo/Apeleção Cível nº**  
**0047337-17.2012.8.17.0001 (0306377-6)**

**Embargantes:** Janildo Pereira da Silva e outro

**Advogado:** José Foerster Júnior

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Edgar Moury Fernandes Neto

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INADEQUAÇÃO DO CANDIDATO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS UNANIMEMENTE IMPROVIDOS. 1. Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão recorrida enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia. 2. Não merece acolhida a alegação de que houve omissão, contradição ou obscuridade no acórdão impugnado, uma vez que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que entender necessários ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que considerar aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, como foi feito na presente hipótese. 3. Aclaratórios conhecidos tão somente para fins de prequestionamento da matéria ventilada, mas improvidos de forma unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 306377-6, em sessão realizada no dia 03 / 10 / 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 03/10/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração/Recurso de Agravo/Apeleção Cível nº  
0047337-17.2012.8.17.0001 (0306377-6)**

**Embargantes:** Janildo Pereira da Silva e outro

**Advogado:** José Foerster Júnior

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Edgar Moury Fernandes Neto

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Recurso de Agravo em apenso que, no entender dos embargantes, incorreu em omissão ao manter incólume a decisão terminativa proferida em sede do recurso de apelação, a qual negou seguimento ao mesmo, ratificando sentença que confirmou o ato administrativo por meio do qual restou o recorrente eliminado do Processo Seletivo Interno para Ingresso no Curso de Formação de Sargento da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Em suas razões, de fls. 351/396, os embargantes asseveram, em síntese, que o acórdão enfrentado foi omisso, obscuro e contradito por não enfrentar explicitamente acerca do art. 2º, caput da Lei Federal nº 9.784/99; art. 5º, caput e 37, caput, da CF/88; art. 423, do CC; Itens 3.1.6, 3.1.8, 9.2, 9.10 - Anexo II da Portaria nº 033/2010. Pugna pelo acolhimento dos presentes declaratórios para que sejam sanadas a omissão, a contradição e a obscuridade apontadas, dando-se efeitos infringentes ao recurso.

Assevera também que os aclaratórios visam a satisfação do fundamental requisito do prequestionamento explícito, exigido pelas Súmulas 282 e 356 do STF, com vista à *incontinenti* abertura da via excepcional.

É o relatório.

Recife, 03/10/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



CM  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração/Recurso de Agravo/Apeleção Cível nº 0047337-17.2012.8.17.0001 (0306377-6)**

**Embargantes:** Janildo Pereira da Silva e outro

**Advogado:** José Foerster Júnior

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Edgar Moury Fernandes Neto

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, destarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão impugnada enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Eis o teor do acórdão vergastado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. CONCURSO INTERNO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA PROMOÇÃO À PATENTE DE SARGENTO. ALEGAÇÃO MODIFICAÇÃO DO EDITAL PELO ESTADO AGRAVADO AO SEGUIR INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DOS TERMOS DO EDITAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. A nota de esclarecimento expedida pela parte agravada aclarou de forma cabal que o termo "cada prova" constante no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, se referia a cada disciplina constante no caderno de provas o que quer dizer que o candidato para conseguir ser aprovado no certame em tela teria que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco). 2. Da análise dos autos, observa-se que os agravantes não suplantaram o 1º critério de corte que exigia um mínimo de 40% de acertos para cada prova/disciplina, logrando êxito, apenas, no 2º critério, uma vez que obtiveram uma nota global superior a 5 (cinco) o que não é suficiente para cumprir a exigência prevista no item 3.1.6 do edital que obriga que o candidato supere os dois requisitos citados.



412  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

conjuntamente. 3. Não houve alteração dos itens 3.16 e 3.1.8 do edital, pois a administração pública apenas aplicou os critérios constantes na "nota de esclarecimento" divulgada no ofício nº 127-2010 GGAIIIC/ GICAP que informou que o candidato teria que alcançar o índice mínimo de acerto de 40% em cada disciplina, o que não foi conseguido pelo agravante. 4. A "nota de esclarecimento" lançada pelo Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social - SDS (ofício nº 127-2010 GGAIIIC/GICAP), não feriu o item 9.2 do edital visto que ela não teve o condão de substituir o edital, pois objetivou, tão somente, aclarar ponto que, em leitura desatenta, poderia causar interpretações ambíguas, não tendo produzido qualquer alteração ou retificação no Edital do certame. Além disso, a mesma foi expedida antes da correção das provas de forma que o mesmo critério de correção foi aplicado à totalidade dos candidatos inscritos no concurso, em respeito ao princípio da Isonomia. 5. Recurso de Agravado improvido de forma unânime.

Registre-se, por oportuno, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que entender necessários ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que considerar aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, como foi feito na presente hipótese.

Como visto, a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir assunto já decidido.

Se porventura pretende o embargante modificar o acórdão hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de Declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria discutida, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator